



Belo Horizonte, 10 de Dezembro de 2018.

**PARECER Nº 217**



**Referência: AJ 051/2018**

**Contratada: GEMADI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.**

**Objeto: Prestação pela Contratada, sob regime de empreitada, a preços unitários, por medição, dos serviços de instalação de padrão de entrada de energia, quadro geral e sistema de prevenção e combate a incêndio do Centro de Referência da Pessoa Idosa – Tancredão, localizado à Rua Perdizes, 336, no Bairro Padre Eustáquio, Belo Horizonte, Minas Gerais, compreendendo as construções de um novo padrão CEMIG de entrada de energia, de um Quadro Geral de Baixa Tensão ( QGBT ) ao lado do Padrão, a instalação dos quadros da bomba e do sistema de Proteção e combate a incêndio com o fornecimento de materiais, insumos e mão de obra.**

**Ementa: Celebração de Termo Aditivo – Reprogramar Planilha – Fundamentação – Art. 65, inciso I, “a”, e §1º, da Lei Federal nº 8.666/93 – Possibilidade.**

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de Solicitação de Aditivo de Ajuste Contratual Nº 1, datada de 26/10/2018, proveniente da Diretoria de Obras da SUDECAP, subscrita pela fiscal do Contrato, Engenheira Civil, Leticia Guerra Campos, pela Chefe de Divisão de Obras II, Engenheira Andressa Leal de Carvalho, pela Chefe do Departamento de Obras Cíveis, Engenheira Martha Menezes de Matos, e pelo Diretor de Obras, Engenheiro Adriano de Souza Morato, aprovada pelo Superintendente da SUDECAP, Henrique de Castilho Marques de Sousa, em 30/11/2018 e, pelo Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura – Josué Costa Valadão em 04/12/2018, que, no âmbito de sua competência, requer a reprogramação da planilha orçamentária, com acréscimo e decréscimo de quantitativos, e a redução do valor contratual, passando o valor de R\$82.299,99 para R\$81.303,99 referente ao Contrato Administrativo AJ 051/2018, **havendo portanto decréscimo no valor contratual.**

O expediente em análise encontra-se instruído com os seguintes documentos: (i) *Solicitação de Aditivo de Ajuste Contratual Nº 1, datada de 26/10/2018, proveniente da Diretoria de Obras da SUDECAP, subscrita pela fiscal do Contrato, Engenheira Civil, Leticia Guerra Campos, pela Chefe de Divisão de Obras II, Engenheira Andressa Leal de Carvalho, pela Chefe do Departamento de Obras Cíveis, Engenheira Martha Menezes de Matos, e pelo Diretor de Obras, Engenheiro Adriano de Souza Morato, aprovada pelo Superintendente da SUDECAP, Henrique de Castilho Marques de Sousa, em 30/11/2018 e, pelo Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura – Josué Costa Valadão em 04/12/2018;* (ii) *Informações Cadastrais do Contrato AJ 051/2018, datada de 23/11/2018, assinada pela Fiscal do Contrato, Leticia Guerra Campos;* (iii) *Correspondência da empresa contratada, Gemadi Engenharia e*





*Construções Ltda, assinada pelo Sr. Geraldo Mendes Diniz, datada de 12/11/2018, concordando com a reprogramação da planilha; ( iv ) Cronograma Físico- Financeiro, assinado pela Fiscal do Contrato, Leticia Guerra Campos, e pelo Sr. Geraldo Mendes Diniz; ( v ) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de Execução do Engenheiro Civil, Geraldo Mendes Diniz; ( vi ) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de Fiscalização da Fiscal do Contrato, Engenheira Civil, Leticia Guerra Campos; ( vii ) Ofício DPOR-SD/DF-SD nº 17/2018, datado de 09/11/2018; ( viii ) Planilha da reprogramação, assinada pela Fiscal do Contrato, Engenheira Civil, Leticia Guerra Campos, e pelo Engenheiro Civil, Geraldo Mendes Diniz, contendo o código, a descrição do serviço, o preço unitário, a quantidade inicial dos itens, e o valor contratual inicial, os itens que estão sendo decrescidos e acrescidos, e as justificativas referentes a cada item que está sendo acrescido e decrescido; ( ix ) Memória de Cálculo – Reprogramação, assinada pela Fiscal do Contrato, Leticia Guerra Campos; ( x ) Aditivo para Aprovação, contendo o Código, a descrição do serviço, o preço unitário, a quantidade, e o preço total após a reprogramação, assinada pela Fiscal do Contrato, Engenheira Civil, Leticia Guerra Campos; ( xi ) Impacto dos Pré - Aditivos no Contrato, contendo a quantidade dos itens que estão sendo acrescidos e decrescidos, o valor correspondente a cada alteração e os respectivos percentuais, assinado pela Fiscal do Contrato, Engenheira Civil, Leticia Guerra Campos; ( xii ) Declaração, subscrita pela Fiscal do Contrato, Engenheira Leticia Guerra Campos, de que as alterações introduzidas pela reprogramação da planilha, visam somente à adequação técnica da obra, e que o objeto contratado permanece o mesmo; ( xiii ) Justificativa acerca da alteração solicitada, subscrita pela Fiscal do Contrato, Engenheira Civil, Leticia Guerra Campos; ( xiv ) Situação do Fornecedor, SUCAF, datada de 27/11/2018, em que consta a empresa em situação Ativa e condição Idônea.*

A solicitação de Aditivo de Ajuste Contratual Número 1, datada de 26/10/2018, contém a justificativa, para a reprogramação contratual pretendida e os percentuais referentes à reprogramação da planilha contratual, e está devidamente aprovada pelo Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura – Ordenador de Despesas - Josué Costa Valadão, em 04/12/2018, e pelo Superintendente da SUDECAP, Henrique de Castilho Marques de Sousa, em 30/11/2018.

Ainda, no teor da solicitação de Ajuste contratual, **foi frisado que a reprogramação de planilha não gerará aditivo de valor.**

A justificativa técnica constante na mencionada solicitação para lastrear o presente aditamento é a seguinte:

*“ Alteração Qualitativa : as alterações introduzidas pela 1ª Reprogramação de planilha do contrato AJ 051/18, visam corrigir a planilha inicial, com acréscimos e decréscimos de quantitativos para atendimento ao projeto, objetivando a execução do objeto licitado - serviços de instalação de padrão de entrada de energia, quadro geral e*

Adv. Raquel de Oliveira Almeida  
OAB/MG 94.797

SD-02755-4 - SUDECAP

2/5

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA – SMOBI  
Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP  
Diretoria Jurídica – DJ-SD  
Departamento de Licitações – DPLI-SD

Rua Ceará, 2025 – 1º Andar – Bairro dos Funcionários – 30150-318 Belo Horizonte, MG



*sistema de combate a incêndio do Centro de Referência da Pessoa Idosa Tancredão .”*

Nesses termos, considerando a necessidade técnica de alteração contratual, passa-se à análise jurídica.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

Pela análise do expediente, percebe-se que o objetivo da solicitação é a reprogramação da planilha contratual com o acréscimo de quantitativos no percentual de **15,27% ( solicitação Atual )** do valor do contrato, correspondendo ao valor de R\$ 12.564,17, bem como o decréscimo de quantitativos representando o percentual, de **16,48% ( Solicitação Atual )**, correspondendo ao valor de R\$13.560,33, havendo portanto, redução do valor contratual.

A fundamentação jurídica para a solicitação requerida encontra-se no art. 65, I “a”, da Lei Federal nº 8.666/93, o qual dispõe sobre a possibilidade de **alteração qualitativa** dos contratos administrativos, “quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos”.

No que tange às justificativas apresentadas, vale registrar que não cabe a esta parecerista imiscuir-se no mérito do ato, avaliando a conveniência e oportunidade da alteração contratual que se pretende realizar. Essa avaliação é de responsabilidade do órgão solicitante, a Diretoria de Obras da SUDECAP.

Nesse sentido, a análise jurídica ora realizada contempla, tão somente, o exame prévio dos aspectos jurídico-formais do expediente. Dessa forma, enquadrada a presente situação ao disposto no art. 65, I, a, da Lei Geral de Licitações Públicas, resta vislumbrar o seu enquadramento ao §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

O artigo 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93 admite o aditamento contratual, com as devidas justificativas, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato, em caso de obras, serviços ou compras. O dispositivo citado afirma o seguinte:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) **quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;**





b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

(...)

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

É oportuno frisar que a observância ao limite legal de 25% considera “o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos (...) individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles”<sup>1</sup>, sendo este o entendimento do Tribunal de Contas da União e da Corte de Contas do Estado de Minas Gerais.

É por essa razão que é necessário avaliar os percentuais de alteração separadamente. Em análise da documentação, verifica-se que os percentuais referentes à **presente solicitação** são: **15,27%** quanto ao acréscimo de quantitativos, referente ao valor total do contrato e **16,48%** referente ao decréscimo de quantitativos, referente ao valor total do contrato.

A fim de possibilitar a verificação ao atendimento à nova metodologia de cálculo dos 25% (vinte e cinco por cento), adotada pelas cortes de contas, a Solicitação de Ajuste Contratual Nº 1, datada de 26/10/2018, contempla, também, os **percentuais totais** referentes aos conjuntos de acréscimo e decréscimo. Assim, observa-se que houve o decréscimo de quantitativos no **percentual acumulado de 16,48%** e o acréscimo de quantitativos no **percentual acumulado de 15,27%** do valor do contrato.

Pela análise do expediente, verifica-se que haverá redução do valor contratual, decorrente das alterações solicitadas, conforme Solicitação de Aditivo de Ajuste Contratual, Nº 01, datada de 26/10/2018, passando o valor do contrato de R\$82.299,99 para R\$ 81.303,99. A referida solicitação também é expressa no sentido de que **não haverá aditivo de valor**.

Considerando o entendimento das cortes de contas quanto à aplicação do limite legal, no sentido de que o conjunto de reduções/exclusões e o conjunto de acréscimos/ inclusões devem ser sempre calculados sobre o valor original do contrato, individualmente e sem qualquer tipo de compensação<sup>2</sup>, providenciou-se à avaliação do pleito com relação aos valores correspondentes ao conjunto das alterações de modo isolado, sem compensação.

Diante disso, ao avaliar os percentuais acumulados previstos na descrição dos serviços solicitados na Solicitação de Ajuste, em confronto com a metodologia adotada pelos órgãos de controle, verifica-se que os percentuais apresentados separadamente observam o limite legal de 25%, previsto no art.

<sup>1</sup> Acórdão nº 749/2010-TCU-Plenário, com redação dada pelo Acórdão nº 2819/2011-TCU-Plenário.

<sup>2</sup> Acórdão nº 749/2010-TCU-Plenário, com redação dada pelo Acórdão nº 2819/2011-TCU-Plenário.



65, §1º, da Lei Geral de Licitações. Portanto, salienta-se o cumprimento aos ditames legais e a observância à jurisprudência atual dos órgãos de controle.

### III – CONCLUSÃO

Após verificação da legalidade dos motivos constantes da Solicitação de Ajuste Contratual, Nº 01, datada de 26/10/2018, e por estar o expediente instruído com as justificativas técnicas aprovadas pelos departamentos/diretorias competentes, e a aprovação do Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, Josué Costa Valadão em 04/12/2018, e do Superintendente da SUDECAP, Henrique de Castilho Marques de Sousa, em 30/11/2018, somos favoráveis à celebração do termo pretendido, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

Ressalvamos que a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART-CREA-MG, referente ao Contrato em apreço, que se encontra não quitada, deverá ser paga pelo setor competente.

Registre-se que este parecer não adentra em questões relacionadas a áreas técnicas específicas, em especial à área de engenharia, planilhas e cálculos apresentados, bem como à condução do procedimento e à medição dos serviços, uma vez que extrapolam a competência desta parecerista.

É o parecer, S. M. J.

*Raquel de Oliveira Melgaço*  
Raquel de Oliveira Melgaço

Advogada Pública – SUDECAP

*Talles Oliveira Dantas Pinto*  
Talles Oliveira Dantas Pinto  
Chefe do Departamento de Licitações – SUDECAP

*Felipe Alexandre Santa Anna Mucci Daniel*  
Felipe Alexandre Santa Anna Mucci Daniel

Diretor Jurídico – SUDECAP

Delegação- Portaria PGM 020/2018

Aprovação:



*Renato C. R. de Vasconcellos*  
Renato C. R. de Vasconcellos  
OAB/MG 96.765 - SD-02453-9  
SUDECAP